

Abrimos esta edição com artigo que, tendo como fonte a obra de John Dewey – *Como Pensamos* (1933) –, se propõe a analisar a relação entre o cultivo do pensamento reflexivo e o crescimento da liberdade individual. Em tempos de rápidas transformações sociais e superação científica de conhecimentos tidos como válidos, postos em uma reconstrução constante, tempos em que, no mundo social e no mundo das ciências, há uma problematização dos caminhos encetados e uma procura de alternativas para o viver e o conviver, tempos que autores chamam de “gelatinosos”, é, sem dúvida, relevante discutir a importância do pensamento reflexivo e seu papel numa sociedade em que as imagens e o consumo (o exibicionismo nas mídias) se tornam mais relevantes do que a reflexão, a compreensão e a solidariedade humana, e trazer aos educadores e outros interessados os argumentos que fundamentam a defesa do uso do pensar como constitutivo da liberdade. Como é concluído no artigo, “ao advogar que, uma vez tendo a humanidade o domínio científico das forças naturais e a compreensão das suas condições reais de existência, a responsabilidade da direção da espécie humana deixa de ser arbitrária e irrefletida e passa a ter a possibilidade de ser autônoma (de governar a si própria), John Dewey pode ser considerado um defensor da liberdade. Pois ele destaca a espécie humana da marcha parcialmente aleatória e cega da mera luta pela sobrevivência e a eleva a uma condição capaz de assumir a direção racional e deliberada dessa mesma marcha”. A educação assume, nessa direção, papel mais do que relevante, uma vez que é por meio dela que

mediações são construídas para propiciar aprendizagens significativas a crianças e jovens, em suas formas peculiares de desenvolvimento, no mundo de hoje. Seu papel essencial é o de abrir para o mundo do pensamento o interesse das novas gerações, assim, o sentido do trabalho escolar, tomado como mediador do contato e da elaboração cultural em diferentes setores – não só de conhecimento, mas também da vida moral e social –, passa a ser o da construção desse pensamento como base de liberdade e de seu exercício responsável.

Na sequência, abordam-se os direitos humanos como elementos de referência nas questões de conflitos interpessoais nas redes escolares, seguidas de análises diversificadas quanto às ações pedagógicas nas escolas e às contribuições de práticas colaborativas. Ao final, uma visão sobre impasses para a implementação de uma maior qualidade educacional, com foco em problemas relevados no ensino médio por meio de estudo sobre a defasagem idade-série. O artigo mostra, pela pesquisa realizada, que, apesar de a parcela da defasagem idade-série diminuir ao longo do tempo, decorrente daqueles que não conseguiram ingressar na educação regular na idade apropriada, os problemas oriundos do fracasso escolar continuam sem um atendimento eficaz, uma vez que os resultados apresentados revelam altas taxas de reprovação e abandono. Isto chama a atenção para a ineficácia de algumas políticas implementadas que não levam em conta as condições da realidade dos estudantes.

Há, neste número da RBEP, artigos provocativos, artigos que retratam situações que demandam soluções mais pertinentes aos problemas das realidades educacionais, portanto, da formação das novas gerações, e artigos propositivos, que evidenciam possibilidades de novas práticas educacionais. Esperamos que as contribuições ao pensamento educacional apresentadas nestes estudos possam ser elementos que suscitem discussões, ações e pesquisas que contribuam para a melhoria constante de nossas condições educacionais.

*A Editoria Científica*